

# Festas no império

## Pedagogia cívica em Minas Gerais nos primeiros anos do império\*

Carla Simone Chamon\*\*

### Resumo

Esse artigo trata das festas cívicas celebradas em Minas Gerais no início do período imperial. Nosso objetivo é compreender quais valores e sentidos sociais a festa procurava criar e difundir entre os moradores dos arraiais mineiros, quais estratégias políticas elas comportavam nesse momento de novidade que foram os primeiros anos após a proclamação da independência. Nossa proposta é também a de compreender que tipo de vivência política os habitantes de Minas Gerais experimentavam nas festas cívicas e como, a partir dos valores e ideais políticos que elas acionavam, se criava uma identidade social.

### Palavras-chave

Festas, rituais políticos, pedagogia cívica, patriotismo.

### Abstract

This article is about civic festivals in the state of Minas Gerais at the beginning of the Brazilian monarchy. It attempts to understand the social values and meanings the festivals sought to create and spread amongst the inhabitants of the villages, and the political strategies they represented during the novelty of the first years after Independence in 1822. Our aim is also to comprehend what sort of political life the inhabitants of Minas Gerais experienced in their civic festivals and how, by means of the political values and ideals they set in motion, a social identity was created.

### Keywords

Festivals, political rituals, civic education, patriotism.

\* Este artigo foi elaborado a partir da minha dissertação de mestrado, "Festejos Imperiais. Festas Cívicas em Minas Gerais, 1815-1845". Belo Horizonte, Fafich/UFMG, 1996.

\*\* Mestre em História e professora do CEFET/MG

Comemorações e celebrações estão sempre presentes no fazer social dos homens. Cada sociedade escolhe seus ritos, suas festas, suas datas e acontecimentos festivos, sejam eles de natureza religiosa, política ou profana. Essas celebrações, os "tempos altos" do calendário social<sup>1</sup>, vão marcar e ritmar o tempo cotidiano.

Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, também tinha suas festas. Nesse período, as que mais nos chamam a atenção são as festas cívicas, celebradas em abundância nos arraiais, vilas e povoados mineiros. Elas eram, em sua maioria, festas oficiais determinadas por um calendário festivo ou pelas autoridades locais. Mas, acima de tudo, elas eram espetáculos que tomavam as ruas e seduziam o seu público, espetáculos que alegravam, divertiam e educavam os habitantes de Minas Gerais.

As festas cívicas celebradas em Minas, bem como todo ritual político, eram momentos de criação e difusão de valores e sentimentos políticos. Esses valores e sensibilidades são importantes seja porque nos informam sobre estratégias políticas de legitimação do poder, de moralização e educação do povo, seja porque eles faziam parte de uma rede de sentidos e significados a partir dos quais os habitantes de Minas Gerais construía uma identidade e se davam uma imagem de si mesmos.

Nossa proposta é compreender que tipo de vivência política os habitantes de Minas Gerais experimentavam nas festas cívicas, celebradas com tanta frequência, e como, a partir dos valores e ideais políticos que elas acionavam, se criava uma identidade social. É verdade que a festa possui uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos. Não vamos procurar dar conta das múltiplas utilizações da festa, mas sim elucidar uma das muitas faces que ela nos apresenta: a da sua relação com o político.

Estudar a relação da festa com o político, e não procurar nela reflexos do campo político, como se fosse possível separar os dois. Certamente que

a festa cívica está umbilicalmente ligada aos acontecimentos políticos a que ela faz menção, mas ela própria é um acontecimento e não se pode reduzir o acontecimento festivo aos fatos políticos. A festa não é um mero reflexo deles. Na verdade, a festa é um tipo de vivência política que nos fala menos das condições nas quais ela ocorria do que das intencionalidades de seu tempo

É preciso ressaltar também que a festa cívica, como todo rito, não se encerra nos objetivos que proclama e que a reflexão sobre a sua finalidade é insuficiente para compreendê-la. Momento em que o poder se dá a ver, em que se busca educar o povo para valores e virtudes cívicas, em que se busca alcançar sua adesão e o seu controle, a festa é também um momento de gratuidade, momento de alegrias e prazeres que muitas vezes escapava das mãos desse mesmo poder que se ostentava na festa.

Além do mais, a festa possui uma dimensão onírica, ela trabalha com emoções e, por mais que o historiador queira, ele nunca vai conseguir apreendê-la sob seu aspecto de sonho, nem vai conseguir fazer com que o leitor experimente a efervescência daquele momento. Não nos é possível reconstituir o poder de fascínio da festa sobre os mineiros nas primeiras décadas do século XIX. O historiador pode, no máximo, diminuir o hiato que existe entre o narrado e o vivido, tentando tornar aquelas festas mais compreensíveis para nós. Ao colocar em linguagem inteligível o acontecer da festa, o historiador como que fossiliza seu objeto, acabando por perder muito de seu conteúdo emocional que é, no final das contas, a sua magia. É necessário, então, que "ele [o historiador] se lembre de que há portas que não poderá jamais forçar, de que há limites que não poderá jamais transpor"<sup>2</sup>.

A festa cívica não pode, dessa forma, ser tomada como mero reflexo do campo social, nem simplesmente como uma máquina a ser colocada em funcionamento de acordo com as

<sup>1</sup> OZOUF, Mona. *La Fête Révolutionnaire*, 1789-1799. Paris: Gallimard, 1976, p.193.

<sup>2</sup> GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.24.

necessidades do poder. Ela é, essencialmente, prazer, alegria e de sentimentos. E se não nos é possível reconstituir seu "poder de fascínio", podemos compreender alguns dos sentidos que perpassavam essa festa.

Na verdade, é um engano acreditar que as atividades efetivas dos homens podem ser compreendidas e captadas "fora de um sentido que elas possuem"<sup>3</sup>. Esse sentido é criado pelo imaginário social e opera através de símbolos e alegorias, produzindo um esquema de valores que modela os comportamentos coletivos e indica, para essa mesma coletividade, as possibilidades de sua ação. É importante salientar que o imaginário não é o que explica e determina uma conduta social, não é aquilo que diz porque os homens agiram assim, não é a causa dessa ação, não é o motor da história. Ele é o que confere sentido às ações humanas, que orienta, ordena e faz com que o mundo não seja um caos.

Em Minas, a festa colocava em cena questões que agitavam a sociedade, procurando educar o povo para uma série de valores e virtudes cívicas, procurando tecer uma rede de sentimentos entre o povo e o poder e conquistar a adesão dos habitantes para propostas políticas relativas à forma de governar o país. Aqui, a intensidade emocional produzida pelos festejos era tida como um elemento potencialmente gerador de adesão e de união em torno dos valores e dos "bons sentimentos" políticos proclamados pela festa.

Para isso, não era necessária a existência de um Estado nacional organizado, com suas diretrizes racionalmente traçadas e um aparelho administrativo bem montado. A construção desse Estado, com suas práticas de controle e supervisão de pessoas e coisas na sociedade, se fazia juntamente com a criação de todo um imaginário político que perpassava e que eram vivenciados nas festas cívicas<sup>4</sup>. Nesse Estado que se governamentalizava, a popula-

ção aparecia "como problema a ser resolvido e enigma a ser decifrado"<sup>5</sup>. A criação de um imaginário político e a educação do povo, promovida pelas festas, eram um processo integrante e indissociável desse Estado que se governamentalizava. Eles se davam ao mesmo tempo e se alimentavam mutuamente.

A festa cívica celebrada pelos mineiros era uma festa pedagógica. Nas duas primeiras décadas do período imperial, foram instituídas as festas nacionais para celebrar as datas marcantes da história do país. Nelas estava presente o ideal e o desejo de construir um país próspero e civilizado. Mas principalmente se buscava educar a população para valores como o patriotismo e a unidade, elementos essenciais na formação da nação recém criada.

Os relatos das festas mineiras, a partir do ano de 1831, são incisivos ao registrar o forte grau de patriotismo presente entre os habitantes da província. Junto a isso, esses relatos nos apontam para valores em torno dos quais essas festas se organizavam e que sinalizavam para o delineamento, para o esboço de uma sensibilidade que parecia se direcionar no sentido de uma unidade nacional.

Sem perder de vista que esses relatos<sup>6</sup> são fruto do esforço de uma sociedade - consciente ou inconsciente - para deixar para o futuro uma determinada imagem de si, é possível, através deles, descobrir as referências sociais que as festas apresentavam.

## A Instituição das Festas Nacionais

Em outubro de 1822, os habitantes do Tejuco estavam em festa. Festejava-se a aclamação de D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil: "Nós não vimos só dar graças a Deus e festejar o Aniversário do Nosso Augustíssimo Príncipe; mas viemos também hoje, diante dos altares, aclamá-lo 1º Imperador do Riquíssimo Brasil"<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.177.

<sup>4</sup> Para melhor compreensão do assunto ver DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses; espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p.19

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p.19.

<sup>6</sup> A maior parte dos relatos sobre as festas é uma espécie de versão oficial, ou mesmo de uma versão de parte da elite política mineira. Algumas delas são relatadas pelas Câmaras Municipais ao governo da Capitania, outras são correspondências de particulares, publicadas em jornais. O fato de poderem ser considerados uma espécie de versão oficial das comemorações, registros da elite mineira sobre o seu tempo, não inviabiliza de maneira alguma a utilização dessas fontes. Mas impõe que se diga ao leitor qual o seu lugar social de origem para que se compreenda melhor o seu olhar sobre a festa. Aqui, não se pode perder de vista que os relatos das festas comportam seus silêncios e esquecimentos, voluntários ou não, e que nos contam muito mais sobre uma festa idealizada e sonhada pela elite dirigente.

<sup>7</sup> Festas no Tejuco em 1822. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 4, 1899, p.810.

<sup>8</sup> Durante o mês de outubro e novembro, a Câmara Municipal de Ouro Preto foi convidada por várias vezes para assistir a comemorações pela aclamação de D. Pedro I, feitas nas povoações mineiras. TERMOS de Vereação e Acórdãos e Câmara da Câmara Municipal de Ouro Preto, códice nº 137. São João Del Rei também festejou a independência e o reconhecimento de D. Pedro como Imperador do Brasil, ver: CINTRA, Sebastião de O. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p.429, vol. 2.

<sup>9</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897, p.339, vol. 3.

<sup>10</sup> Como aconteceu no Tejuco, onde a elite política preparou uma festa para noticiar o acontecimento. "Festas no Tejuco em 1822", *op.cit.*, p.809.

<sup>11</sup> CARVALHO, J. M. de *Desenvolvimento de la Ciudadanía en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.58.

<sup>12</sup> José Murilo de Carvalho afirma que os principais chefes da independência foram D. Pedro e José Bonifácio, sendo que a população apenas apoiou "com manifestações públicas os atos dos chefes, incluindo D. Pedro". *Idem*, *ibidem*, p.21.

<sup>13</sup> Ver, entre outros: COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guillerme (org). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988, p.64-125. MAITTO, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema; a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.

<sup>14</sup> CASTORIADIS (1982) *op.cit.* p.405.

Não eram só os tejuicanos que festejavam<sup>8</sup>. Vários outros moradores de outras partes da Província de Minas Gerais saudaram a Independência do Brasil

(...) "*com aplausos unânimes e de inextinguível entusiasmo patriótico. Em todos os peitos mineiros, o brado imorredouro da Emancipação Brasileira encontrou repercussão vibrante nas cidades, aldeias, nos campos, nos templos, nos lares, por toda a parte improvisaram-se animados e ruidosos festejos, celebrando-se soleníssimos Te Deum Laudamus em inúmeras localidades, festas e ações de graças realizadas com o concurso espontâneo de pessoas de todas as classes, sexos e condições. Foram gerais e indescritíveis as alegrias motivadas pelo grandioso acontecimento (...)*"<sup>9</sup>.

Comemorar é, antes de mais nada, retirar o povo da ignorância. É tornar público os acontecimentos elevados à categoria de memoráveis. Festejar o "glorioso acontecimento", o brado de independência, talvez fosse uma primeira forma de anunciar e de comunicar ao povo a emancipação política que o Brasil acabava de conquistar<sup>10</sup>. Aqui, a festa buscava dissipar a ignorância dos mineiros, tomando pública a proclamação da independência. Mesmo que os significados dessa emancipação e das novas instituições que com ela viriam ainda fossem extremamente obscuros para a maioria da população do país.

O que se sabia era que a emancipação política do Brasil, em 1822, colocava fim à dominação colonial portuguesa e marcava a instauração de um país livre, de uma nação independente. Entretanto, como afirma José Murilo de Carvalho, não havia uma identificação entre as diversas províncias dessa nova nação, não havia uma unidade e uma identidade nacional: o "Brasil era uma construção política, um ato de vontade nascido mais da mente do que do coração"<sup>11</sup>.

Talvez por isso, porque a emancipação do Brasil não foi fruto de uma

luta nacional e sim um movimento de elite<sup>12</sup>, parte da historiografia afirma que essa emancipação, produzida pelo alto, meramente política e administrativa, significava apenas a ruptura com o sistema colonial e sua conseqüente restrição ao livre comércio, elementos que interessavam diretamente à elite proprietária<sup>13</sup>. A ordem imperial perpetuaria as mesmas condições sócio-econômicas do período colonial: os representantes do poder, a elite, continuariam sendo os proprietários rurais e o Estado se organizaria apenas para realizar os interesses dessa classe. Entretanto, acredito que esse momento era mais do que isso. Para além de toda a manutenção de uma estrutura latifundiária e escravista, esse era um momento novo.

Essa passagem da condição de Colônia para a de Império não guarda um substrato inalterável. Na verdade a sociedade brasileira se alterava, se tornava outra, sendo impossível desconhecer tanto a manutenção "de uma enorme quantidade de instituições através desta passagem, como a alteração essencial das significações que estas instituições" traziam, e a partir das quais elas passavam a existir<sup>14</sup>.

Essa alteração não se fazia por forças mágicas ou pelo simples fato de se haver estabelecido um marco: a independência. Aliás, o estabelecimento desse marco já nos fala de uma sociedade que se quer como outra e que atribui novas significações para as suas instituições. Sem negar a existência de uma dominação de base agrária e escravista, e sem negar também a dependência externa, não se pode reduzir o século XIX brasileiro a isso.

É necessário compreender que existiam sentidos que estavam sendo construídos pelos homens desse tempo e que iriam dotar esses fatos de significados sem precedentes. Esse era o momento em que, face ao vazio representado pelo fim da colonização de Portugal, os homens, mais diretamente aqueles que compunham a elite imperial, pouco a pouco passaram a se impor a tarefa de

construir algo novo no lugar. Mais precisamente, esses homens se impuseram a tarefa (que só se tornou um projeto organizado a partir da década de 1840<sup>15</sup>) de construir uma nação e uma identidade nacional, espalhando o amor e o fervor pela nova nação entre todos os cidadãos.

Nesse momento, a idéia de uma nação ainda era extremamente vaga e indefinida. Utilizada com frequência a partir da independência pela elite dirigente, ela tinha muito mais um sentido de pátria e de terra natal do que de uma "comunidade dos cidadãos de um Estado sob um mesmo regime e em comunhão de interesse"<sup>16</sup>. Mesmo o conceito de pátria era ainda muito restrito no Império, distante ainda de uma compreensão de pertencer a uma pátria comum<sup>17</sup>. Daí a importância em se criar mecanismos que possibilitassem essa integração e que criassem uma identidade e uma idéia de comunidade para a jovem nação brasileira.

Nesse sentido, a festa cívica vai ser tomada como um desses instrumentos propiciadores e fomentadores de uma identidade nacional, capaz de "inspirar no povo aquele amor, aquele afeto e aquela adesão" à pátria. Isso fica claro no discurso do Visconde de Nazaré, proferido em 1826 no Senado, sobre a instituição das Festas Nacionais:

*"Todas as nações recomendam sempre à posteridade os dias notáveis de suas instituições, aqueles em que se praticam certos fatos de grandeza e heroísmo que as tornam célebres à face do mundo. (...) nós também temos certos dias de igual notabilidade os quais, posto que estejam declarados de grande gala não o estão ainda de festa nacional; sendo preciso declará-los tais e como dias de regozijo público em todo o Império"<sup>18</sup>.*

O Império era entendido pela elite dirigente como o começo de um novo tempo e por isso necessitava de criar suas instituições, mas necessitava também de uma adesão a elas, da cren-

ça de que elas eram as melhores. Era necessário sacralizar esse começo, instituindo-o com base no fervor e na crença coletiva<sup>19</sup>, era necessário criar festas que estabelecessem uma relação de emoção e de afeto entre os novos acontecimentos e personagens da vida política e o povo. Era necessário educar o povo, discipliná-lo, incutindo nele hábitos morais e "bons sentimentos" políticos. Nesse sentido, a distribuição das festas políticas ao longo do ano — a elaboração de um calendário festivo — deveria moralizar o cotidiano e impregná-lo de espírito cívico: "entre os tempos altos e os tempos ordinários uma contaminação deve se produzir"<sup>20</sup>.

Os dias de festa nacional eram parte integrante e fundamental da sociedade imperial que se criava. Eles eram instituintes dessa nova sociedade e, apesar da maioria dos brasileiros não ter ouvido falar e nem ter conhecimento da existência dos brasileiros moradores de outras províncias, a festa deveria criar, na mente e no coração do povo, a imagem de sua comunhão<sup>21</sup>. As festas nacionais deveriam fazer surgir entre o povo das diversas províncias essa imagem de comunhão, ajudando a criar uma identidade, ainda inexistente, entre elas. Isso seria possível, na medida em que cada província e cada membro da jovem nação tomassem os marcos que a festa celebrava não apenas como seus, mas como sendo de todos os brasileiros. Em Minas Gerais, como veremos, essas festas nacionais foram frequentemente celebradas.

De acordo com as leis do Império, nos dias de festividade nacional deveriam cessar os despachos nos tribunais, além de serem feitas "todas as demonstrações públicas próprias de semelhantes festividades"<sup>22</sup>. Dias consagrados a celebrações e comemorações destinadas a conservar e avivar a recordação do povo, a fazê-los rememorar acontecimentos marcantes, os dias de festa nacional ajudavam a construir a memória e a história do país. A festa era, assim, um dos lugares da memória. E como não há "memória espontânea",

<sup>15</sup> CARVALHO, J. M. de *Teatro de Sombras. A Política Imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p.11.

<sup>16</sup> DICIONÁRIO Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete, Delta: Lisboa, 1974.

<sup>17</sup> CARVALHO (1995) *op.cit.*, p.26.

<sup>18</sup> Discurso do Visconde de Nazaré. ANAIS do Senado Federal, sessão de 20 de junho de 1826.

<sup>19</sup> "Une société qui s'institue doit sacrifier le fait même de l'institution. (...) commencer une vie nouvelle ne s'imagine pas sans foi". (OZOUF, 1976) *op.cit.*, p.333.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p.235.

<sup>21</sup> Sobre a questão da nação e da idéia de comunhão que ela implica ver: ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p.14.

<sup>22</sup> LEIS do Império do Brasil de 09 de setembro de 1826.

fazia-se necessário uma “vigilância comemorativa”<sup>23</sup>, sem a qual esses acontecimentos seriam rapidamente varridos da lembrança.

Mas os dias de festas políticas não estavam dados naturalmente. Eles exigiam uma escolha de determinados fatos a serem festejados (em detrimento de outros). As festas nacionais não foram instituídas de uma só vez, nem se mostraram fruto de um consenso, mas foram estabelecidas paulatinamente, mudando, muitas vezes, com os ventos da política<sup>24</sup>. Aos poucos as festividades foram aparecendo, fruto de uma necessidade de melhor marcar aqueles dias significativos para os homens do império. Mas, não parecia ser muito fácil escolher quais os dias a serem celebrados. Em um discurso no Senado, o Visconde de Barbacena rebatia a proposta de um calendário de festas cívicas do Visconde de Nazaré que, segundo ele, tinha o inconveniente de ocupar metade do ano com festas, ressaltando que “todos os objetos mais estimáveis quando se multiplicam perdem seu valor”<sup>25</sup>. Dessa forma, cabia à elite dirigente do Império fazer a escolha do “diamante bruto”. Escolha que traduz as expectativas e as intenções políticas dessa elite e nos revela referenciais políticos através dos quais essa sociedade se fazia.

Os dois primeiros dias elevados à categoria de festa nacional foram o dia 12 de outubro — dia da aclamação e aniversário de D. Pedro I e dia da elevação do Brasil à categoria de Império — e o dia 7 de setembro<sup>26</sup>. Em 1826, a Assembléia Geral decreta como dias de festividade nacional o 09 de janeiro — dia em que o Imperador decidiu ficar no Brasil, o 25 de março — dia em que foi jurada a Constituição do Império, e o 03 de maio — dia da instalação da Assembléia Nacional. O decreto mantém os dias 12 de outubro e 07 de setembro como dias de festividade nacional<sup>27</sup>.

A mudança de rumos em 1831 suprimiu o 12 de outubro do calendário oficial de festas cívicas e em seu lugar elevou o dia 7 de abril — abdi-

cação de D. Pedro I, e o dia 02 de dezembro — aniversário natalício de D. Pedro II, à categoria de festas nacionais<sup>28</sup>. Depois disso, e até o ano de 1850, apenas o dia 23 de julho — aniversário da aclamação da maioria de D. Pedro II vai ser instituído como dia de festa nacional<sup>29</sup>.

## Os altares da Pátria

Nas festas nacionais que os mineiros celebravam a partir da década de 1830, a pátria e o sentimento patriótico eram colocados em evidência, informando os demais valores e referenciais que ela instituída e difundia entre o povo mineiro. A pátria brasileira, invisível e ainda com seus contornos políticos vagos e indefinidos era o elemento central em torno do qual se organizavam e se significavam os demais valores e referenciais políticos dos festejos cívicos do período. Ela ditava o compasso festivo.

O momento em que isso se tornou mais evidente foi com as festas pela abdicação do Imperador em 1831. Nenhum outro acontecimento mereceu tantas demonstrações de regozijo público por parte dos mineiros como a queda de D. Pedro I. Mesmo os menores vilarejos, as mais pobres povoações, fizeram festas em comemoração ao 7 de abril.

*“O verdadeiro amor da Pátria tem inflamado de maneira tal os briosos Corações Brasileiros, que por todas as partes se encontram Festividades dedicadas ao Grande dia 7 de Abril, e a Constituição regenerada do nosso Império. Graças sejam dadas a Providência que parece ter-se empenhado a fim de que nenhuma das Povoações, ainda mesmo aquelas mais diminutas, desta nossa Província deixem de queimar incenso ao Eterno pela nossa feliz regeneração”<sup>30</sup>.*

Grandes e pequenos povoados festejaram o 7 de abril e, em quase

<sup>23</sup> NORA, Pierre. *Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux.* In.: *Les Lieux des Mémoires*. Paris: Gallimard, 1984, vol. 1, p.XXIV.

<sup>24</sup> As datas festivas de consenso no Senado foram o 12 de outubro e o 7 de abril, este último apoiado sem discussão. Sobre as discussões acerca dos dias de festas nacionais desse período ver: ANAIS do Senado Federal, sessões de 20 de junho de 1826, 01 de julho de 1826, 26 de julho de 1826, 07 de maio de 1831, 07 de agosto de 1840 e 12 de agosto de 1840.

<sup>25</sup> ANAIS do Senado Federal, sessão de 20 de junho de 1826.

<sup>26</sup> LEIS do Império do Brasil. Decisões do Governo n. 155, 23 de setembro de 1823 e nº159, 10 de novembro de 1823.

<sup>27</sup> LEIS do Império do Brasil de 09 de setembro de 1826.

<sup>28</sup> LEIS do Império do Brasil. Decreto de 25 de outubro de 1831.

<sup>29</sup> LEIS do Império do Brasil. Decreto n. 146, 26 de agosto de 1840.

<sup>30</sup> Suplemento ao Universal de nº 670. *O Universal*, Ouro Preto, nº 670, 09 de novembro de 1831, s/p.

todas as narrativas, ele era celebrado como um rito de passagem<sup>31</sup>, como um ato de instituição, uma linha divisória a partir da qual o Brasil começava “a pertencer aos Brasileiros”<sup>32</sup>. O 7 de abril era celebrado pelos mineiros como um começo, ou melhor, um recomeço que resgataria a pureza e o sentido da proclamação da independência, momento em que finalmente o país se veria livre do jugo estrangeiro: o novo Imperador não era um estrangeiro, mas um compatriota, um filho dessa terra, nascido no Brasil.

Ter um Rei já não bastava. Era necessário que ele possuísse vínculos com o que, a partir de então, se colocava em evidência: a pátria. Toda a carga emocional que as celebrações políticas dirigiam à realeza, agora passava a se direcionar também para a pátria. Ela era o elemento central dos festejos mineiros das décadas de 30 e 40. Em torno dela se elaboravam os ideais e valores que deveriam nortear as práticas políticas. Era por amor a ela que D. Pedro II deveria ser aclamado Imperador. Por isso, nesses festejos, todo um trabalho de sedução política era feito para conquistar os afetos dos moradores de Minas à sua pátria.

No arraial de Forquim, assim que chegou a notícia da abdicação do Imperador, os sinos da igreja tocavam para anunciar a novidade e chamar a todos para festejar. Em meio aos festejos, o Juiz de Paz fez uma proclamação ao povo, leu os novos decretos regenciais e deu vivas à Constituição e ao Imperador. À noite, todo o arraial se iluminou “e o entusiasmo cresceu à proporção que todos se convenciam da consolidação do nosso sistema e se deixavam penetrar das verdades que o Juiz de Paz havia anunciado”<sup>33</sup>. O narrador da festa ocorrida no arraial de Santa Quitéria, freguesia do Curral del Rei, destaca o nome dos cidadãos autores dos festejos públicos “que servem de estímulo a despertar-se o patriotismo de muitos”<sup>34</sup>. Vários outros relatos como esses se encontram descritos no principal jornal liberal da Província<sup>35</sup>.

Corações inflamados pelo amor da pátria: esse era o objetivo que a festa deveria cumprir. Nela, o dia celebrado deveria excitar nas “almas agradáveis emoções e prazer”, extasiando “os corações de todos”<sup>36</sup>. O que os festejos cívicos queriam nesse momento era fazer com que o Brasil nascesse do coração do povo e não apenas da mente de seus estadistas, buscando uma identificação com a pátria que ultrapassasse as fronteiras da província.

Num primeiro momento, esse patriotismo vai se traduzir no ódio difuso aos portugueses<sup>37</sup>. Para afirmar uma identidade propriamente brasileira, era necessário se diferenciar e se libertar de tudo aquilo que lembrasse o estatuto colonial. O país precisava “convencer o mundo de que era diferente de Portugal”, e, principalmente, “convencer a si próprio que já não era Portugal”<sup>38</sup>. Nesse sentido, os festejos políticos faziam uma identificação daquilo que o Brasil não era, ou seja, Portugal, difundindo, a partir daí, mensagens que influenciavam apegos e repugnâncias<sup>39</sup>: apego e amor ao Brasil e repugnância e ódio aos portugueses.

Um exemplo disso pode ser encontrado nos festejos ocorridos em Sabará pela comemoração à abdicação. Segundo Teófilo Ottoni, que narra a festa, entre os hinos patrióticos e vivas, o povo repetia “com furor”: “Abaixo o tirano! Morram os portugueses”<sup>40</sup>. É verdade que era raro uma referência direta aos portugueses, como essa ocorrida na festa celebrado no Serro. Em geral, o anti-lusitanismo se confundia, nos festejos que comemoravam a abdicação, com o ódio aos “restauradores” ou “caramurús”, adeptos do retorno de D. Pedro I ao trono.

Flávia Eyler, ao estudar a relação entre o discurso sobre a nação nas primeiras décadas do Império e a constituição da classe senhorial no Brasil, afirma que a “ameaça recolonizadora, independente de sua veracidade concreta, funcionava como um elemento capaz de canalizar o desejo da unidade, a nacionalidade e o patriotismo”<sup>41</sup>.

<sup>31</sup> O rito de passagem é aqui entendido como um rito de instituição que marca “solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social”, linha que estabelece um antes e um depois. BOURDIEU, P., citado por RIVIÈRE, C. *As Liturgias Políticas*. Rio Janeiro: Imago, 1989, p.22.

<sup>32</sup> Correspondência. *O Universal*, Ouro Preto, n. 597, 20 de maio de 1831, p.3.

<sup>33</sup> Forquim. *O Universal*, Ouro Preto, n. 585, 22 de abril de 1831, p.3.

<sup>34</sup> Suplemento ao *Universal* de n. 661. *O Universal*, Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p.

<sup>35</sup> Ver *O Universal*, Ouro Preto, 1831.

<sup>36</sup> Suplemento ao *Universal* de n. 670. *O Universal*, Ouro Preto, n. 670, 09 de novembro de 1831, s/p.

<sup>37</sup> CARVALHO (1995) *op.cit.*, p.58.

<sup>38</sup> TORRES, J. C. de. *História de Minas*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, p.803.

<sup>39</sup> ANSART, P. *La Gestion des Passions politiques*, Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p.11.

<sup>40</sup> OTTONI, Teófilo B. *Circular*. Dedicada aos Srs. Eleitores pela Província de Minas Gerais e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de deputados pelo 2o distrito eleitoral da mesma Província. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1930, p.19.

<sup>41</sup> EYLER, Flávia Maria Schlee. *O Recorte da “Nação” Brasileira 1822-1840*. Niterói: UFF, 1985 (Dissertação de mestrado em História).

Apesar da menção a um nacionalismo ser prematura nesse momento, de não se poder confundir antilusitanismo com nacionalismo, a autora aponta para um fator de grande importância, que vai ajudar a traçar os primeiros contornos da identidade no período imperial.

O ano de 1831, com a abdicação do Imperador em 7 de abril, pode ser tomado como um marco para os festejos, não só porque neles a questão do patriotismo era mais do que evidente, mas porque as festas passavam a apontar mais claramente para novos valores e referenciais políticos que deveriam ser difundidos pelo povo. Apesar do conflito entre portugueses e brasileiros ainda estar presente e não faltar o discurso sobre a ameaça recolonizadora, a partir desse momento a pátria brasileira começava a ganhar alguns contornos, definindo-se não pelo que ela não era — Portugal — mas pelo que ela deveria ser. Ao lado do anti-lusitanismo como definidor de uma identidade brasileira, as festas criavam e propagavam novos valores e ideais, como a liberdade, a ordem e a unidade, indicando e esboçando qual a nação que a elite política queria construir.

Na verdade, durante o Primeiro Reinado, os produtores mineiros que conheceram sua ascensão social e sua penetração na praça do comércio da Corte se ressentiam muito da política centralizadora de D. Pedro I. No final da década de 30, essa elite liberal definia seus interesses políticos regionais, auxiliados pela aparecimento da imprensa nas principais cidades e pelo aparecimento de seus primeiros líderes políticos. Nesse sentido, a abdicação de D. Pedro I, nesse contexto de ascensão, significava para os liberais mineiros uma maior atuação política e um maior poder de interferência nas decisões do Paço, no sentido de garantir os interesses da classe proprietária produtora de gêneros de subsistência para o mercado<sup>42</sup>.

A intensidade dos festejos ocorridos em Minas se refere a essa vitória política dos liberais, sem se esgotar

nela, como já foi dito anteriormente. Essa intensidade era criada pelo imaginário social que estabelecia e alimentava a adesão em torno dos valores liberais representados como valores nacionais. Entretanto, essa não era simplesmente a criação de uma justificativa para a ação dessa elite, mas de um sentido para essas mesmas ações políticas. Esse sentido era dado pela idéia de patriotismo, adesão e amor a um bem maior, a uma instância superior. Sentido que buscava transformava o interesse da elite política em interesse de todos.

Os festejos eram momentos de elaboração de uma pedagogia cívica, de educar o povo para as virtudes patrióticas. Uma das formas pela qual, no ano de 1831, os homens podiam vivenciar isso nas festas era através dos símbolos nacionais que invadiam as ruas: os ramos de fumo e café.

No arraial de Morro de Mateus Leme, o Triunfo do Brasil foi anunciado por anjos que traziam nas mãos ramos de fumo e café. Em Contagem das Abóboras, os cidadãos enfeitaram seus peitos com “ramalhetes de fumo e café”; em Catas Altas da Noruega, o Juiz de Paz mandou fazer dois arcos triunfais “guarnecidos de café e fumo, com cujas folhas também os cidadãos haviam ornado seus peitos e chapéus”. Em Araxá, as autoridades e o povo traziam o peito enfeitado de “ramos de café, cujos frutos maduros o povo colhia daqueles ramos que traziam as autoridades, deixando os verdes amadurecer”<sup>43</sup>.

Instituídos em 1822<sup>44</sup>, esses símbolos aparecem com frequência nos relatos das festas cívicas da província mineira, de 1831. Aqui, o imaginário político, criador de “um mundo de significações”, se exprime através desses símbolos e deixa o campo da abstração para tomar forma concreta, “para passa do virtual a qualquer coisa a mais”<sup>45</sup>. É esse imaginário que permite ver em uma coisa o que ela não é, ou seja, ver nos ramos de fumo e café a união dos brasileiros amantes de sua pátria. Era esse amor, esse patriotismo que, em dias de festa, percorria as ruas das cidades,

<sup>42</sup> LENHARO, A. *As Tropas da Moderação; o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1824*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.19.

<sup>43</sup> Suplemento ao *Universal* de n. 661, *O Universal*, Ouro Preto, n. 661, 19 de outubro de 1831, s/p; Suplemento ao *Universal* de n. 653, *O Universal*, Ouro Preto, n. 653, 30 de setembro de 1831, s/p; Catas Altas da Noruega, *O Universal*, Ouro Preto, n. 595, 16 de maio de 1831, p.2 e Araxá, *O Universal*, Ouro Preto, n. 617, 08 de julho de 1831, p.3 respectivamente.

<sup>44</sup> LEIS do Império do Brasil. Decreto de 18 de setembro de 1822.

<sup>45</sup> Sobre a relação entre o imaginário e o simbólico ver: CASTORIADIS(1982) *op.cit.*, p.154.



vilas e povoações mineiras, buscando tomar conta de todos.

O período que se iniciou com a abdicação do Imperador — a Regência — se por um lado foi turbulento, tendo em vista as rebeliões que tomaram conta do país, por outro, foi um período onde o sentimento de patriotismo esteve em alta. Francisco Rezende testemunha que no tempo da Regência vivia-se uma “atmosfera essencialmente política”, as crianças aprendiam cedo a falar em liberdade e pátria e aprendiam a Constituição política do Império antes mesmo de saber a doutrina cristã<sup>46</sup>.

Talvez, seja em virtude de ter sido um período de muitas inquietações, onde a ameaça de fragmentação do império estava tirando o sono dos estadistas brasileiros, que nele a afirmação de um sentimento patriótico tenha sido tão presente e tão constante nos festejos cívicos. A insegurança e as indefinições daquele momento fomentavam essa série de manifestações festivas que ocorriam no sentido de criar laços entre os mineiros e de afirmar valores sociais capazes de nortear a vida social.

Esses momentos de vacuidade, onde uma nova ordem está se institucionalizando, ou mesmo de angústia e contestação social, são férteis na criação de um imaginário político que possibilita “devolver à história a sua intelegibilidade perdida”, que faz com que o caos dos acontecimentos se veja submetido “à visão de uma ordem imanente”<sup>47</sup>, eliminando o confuso e o duvidoso, estabelecendo o equilíbrio e a coerência, conquistando uma identidade.

Na celebração de valores, apelando para uma ordem simbólica fortemente significativa, os festejos cívicos desse período procuravam forjar uma estabilidade, uma unanimidade, eliminando o conflito do cotidiano pela referência a um interesse superior — a pátria, estabelecendo regras e valores decisivos, se colocando contra o indeterminado e o incerto.

E era nesse movimento, onde o imaginário político estava em efervescência, que novos valores se criavam

e se difundiam entre os mineiros, valores instituintes da sociedade que se queria construir, valores a partir dos quais essa sociedade se definia e que dotavam de significados o mundo a sua volta.

## A unidade desejada

“Esconjurar a decadência”, a desordem e a desunião, com o objetivo de criar sentidos norteadores da vida social, dando regularidade ao tempo e ocultando “seus saltos e seus acidentes”<sup>48</sup>, homogeneizar e harmonizar o tempo. Essa unidade se referia tanto ao ideal de uma nação uma territorialmente, como à tentativa de efetuar a união de “alma” de todos os brasileiros.

Unir todos os brasileiros num mesmo território e também na crença de um destino comum era talvez a tarefa mais difícil que a elite política imperial tinha pela frente. Mas era esse desejo de unidade que criava significados e sentidos para as ações e comportamentos tanto de liberais como de conservadores.

Era também esse desejo que informava a festa que os organizadores idealizavam. Em meio ao ajuntamento, aos fogos de artifício que subiam ao ar, em meio às luminárias, flores e ramos de fumo e café, ou durante a alvorada que corria as ruas das povoações, podia-se ouvir os vivas que eram dados “à união dos brasileiros”, “à paz, união e concórdia entre todos os mineiros, à união das Províncias do Brasil”, “à união dos mineiros e à integridade territorial”<sup>49</sup>.

Esses vivas eram palavras de ordem que comportavam uma grande carga emocional. Além disso, eles eram, juntamente com hinos musicais, marchas, discursos, poemas, a tradução oral dos ideais que a festa afirmava. Espécie de “símbolos auditivos”, esses slogans tinham a capacidade de concentrar em uma “idéia força a vontade política do governo”, provocando uma adesão “mais inconsciente do que voluntária” aos seus objetivos políticos<sup>50</sup>. Amplamente utilizados nas festas mineiras, os

<sup>46</sup> REZENDE, Francisco de Paula. Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p.67.

<sup>47</sup> Sobre essa questão ver: GIRARDET(1987) *op.cit.*, p.182, para quem o imaginário político criado em períodos de crise têm uma função de reestruturação social.

<sup>48</sup> Sobre essa questão ver: OZOUF, M. *La Fête Révolutionnaire*, *op.cit.*, p.338.

<sup>49</sup> Correspondência. *O Universal*, Ouro Preto, n. 596, 18 de maio de 1831, p.1; Triunfo da Liberdade. *O Universal*, Ouro Preto, n. 3, 18 de abril de 1831, s/ p.e Correspondência. *O Universal*, Ouro preto, n. 109, 21 de setembro de 1840, p.3 respectivamente.

<sup>50</sup> Sobre os símbolos auditivos ver: Rivière (1989) *op.cit.*, p.234.

vivas reuniam em poucas palavras idéias essenciais ao festejo. Eles eram um momento de exaltação do poder político e de seus projetos, momento de grande entusiasmo, provocador de adesão, aos quais esperava que o povo correspondesse “com grandes transportes de júbilo” e alegria<sup>51</sup>.

Não apenas os vivas, mas toda a gestualidade, o cenário, os discursos e símbolos das festas políticas, toda a paixão, sedução e efusão que as sustentavam eram momentos de instituição de um sonho de unanimidade. Segundo Jean Duvignaud, a festa cívica é um mecanismo essencial do governo e um meio de recriar periodicamente a união da nação<sup>52</sup>. Vividas com intensidade, as festas cívicas realizadas pelos mineiros buscavam, antes de tudo, a “correspondência dos corações”. Nelas, todos deveriam ficar “embriagados no doce prazer da união fraternal” e “mútua concórdia”, como os habitantes de Ouro Preto ao festejar o dia 7 de abril<sup>53</sup>.

A questão da integridade territorial — um dos valores em torno dos quais, a partir dos anos 30, as festas cívicas se organizavam — foi o problema central colocado pela elite dirigente, até o final da década de 50<sup>54</sup>. Para eles, a construção do Império passava necessariamente por uma unidade que se mostrasse, em primeiro lugar, como uma unidade territorial. O território brasileiro, imenso, desconhecido, dominado por forças locais e interesses particulares, era o primeiro obstáculo a ser transposto.

O impedimento do esfacelamento territorial em várias repúblicas, a exemplo do que ocorreu com o processo de emancipação das vizinhas colônias espanholas, era tarefa urgente. A manutenção das fronteiras, da integridade territorial, era aqui o elemento chave condutor de toda uma política e tradutor do ideal de uma nação una e indivisa. O território, mais do que uma noção geográfica, vai ser tomado como um objeto de controle e ordenamento por parte do poder<sup>55</sup>.

O território era a corporificação e a materialização da pátria. Por isso era necessário delimitar e circunscrever suas fronteiras, seu espaço físico. Essa visibilidade do território se mostrava imprescindível na construção de uma referência espacial para a nova pátria, espaço não era simplesmente um espaço físico, limite natural, mas, principalmente, um espaço social, identidade de um grupo. Importava erigir, acima das diferenças regionais, um único Império, territorialmente grande como queria o liberalismo da época<sup>56</sup>. Da mesma forma, deveria-se construir uma nação defensora dos interesses do todo, acima dos conflitos pessoais e dos interesses particulares, que representasse o bem público, comum e contrário aos privilégios, destacando sempre o geral em nome do particular.

Com o Regresso Conservador, essa mesma unidade passou a ser relacionada com a unidade do poder, ligando integridade territorial, unidade nacional e centralização político-administrativa<sup>57</sup>. Com isso, as províncias estariam inseridas no todo do Império e só poderiam ser compreendidas a partir desse todo, contribuindo cada uma delas para a construção de uma harmonia global<sup>58</sup>.

Por isso, o período regencial, momento em que a elite liberal no poder tentou colocar em prática seu projeto de descentralização política, acabou por ser relacionado a um período caótico, onde não se conseguia estabelecer nem a ordem nem a segurança, em virtude das rebeliões que sacudiam regiões estratégicas do país. Essas rebeliões eram uma ameaça a um sistema de interpretação de mundo. Os ataques que elas dirigiam à integridade territorial, com suas tendências localistas, à ordem, à segurança, enfim, ao que se construía como definidor do que seria o Brasil Império, eram percebidos como um perigo mortal, como um ataque contra sua identidade.

Essa questão da unidade, tão latente nas primeiras décadas do nosso século XIX, vai informar grande parte das práticas e das representações do

<sup>51</sup> Correspondência. *O Universal*, Ouro Preto, nº 194, 15 de junho de 1835, p.3.

<sup>52</sup> DUVIGNAUD, J. La Fête Civique. In: DUMUR, Guy. (org.) *Histoire des Spectacles*. Paris: Gallimard, 1965, p.242, 243.

<sup>53</sup> Triunfo da Liberdade. *O Universal*, Ouro Preto, nº 583, 18 de abril de 1831, p.1.

<sup>54</sup> CARVALHO, J. M. de. *Teatro de Sombras*, *op.cit.*, p.12.

<sup>55</sup> “o território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza interior e exterior”. José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, comentando a divisão do Brasil em províncias em *Direito Público e Análise Constitucional do Império*, pág. 20 e 22. Citado por: MATTOS, Ilmar R. *op.cit.* pág. 83.

<sup>56</sup> O conceito liberal de nação para List, incluía em primeiro lugar “um território extenso e uma grande massa de população”. Citado por HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos*, desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1990, p.42.

<sup>57</sup> MATTOS, J. R. de. *op.cit.*, p.128.

<sup>58</sup> Marquês de São Vicente, citado por MATTOS, Ilmar R., *op.cit.* pág. 84.

poder. Momentos de efervescência e de grande entusiasmo, as festas cívicas traziam para as ruas as questões políticas que mais agitavam no momento. Segundo Francisco de Rezende, era a política que possibilitava a ocorrência de bonitas festas<sup>59</sup>. Por isso, o ideal de uma unidade territorial, que, principalmente a partir do Regresso, estava na ordem do dia, era proclamado e festejado de maneira contundente. Em 1842, com o fim da Revolução Liberal em Minas Gerais, “o governo soube comemorar a sua vitória com uma recepção a Caxias, três noites de iluminação excepcional, festas religiosas e profanas, como o baile no palácio presidencial”<sup>60</sup>.

Os festejos pela pacificação do Rio Grande do Sul, ocorridos no ano de 1845, foram organizados por toda a província mineira pelos “cidadãos governistas”, “verdadeiros amigos do trono e da integridade do império”<sup>61</sup>. Foram eles que organizaram uma bonita festa na cidade do Serro com repiques de sinos, iluminação por três dias, banda de música, alvorada, vivas, girândolas, *Te Deum*, desfile da guarda nacional e muitos fogos de artifício<sup>62</sup>. Os festejos da capital também não ficaram atrás: a câmara municipal da cidade convidou os habitantes para iluminarem suas casas, mandou que se providenciasse repiques de sinos, girândolas, missa cantada, parada, cortejo e cavalhadas.

Nesses anos de vivências políticas intensas, por todos os lugares — no parlamento, jornais, ruas e praças — a elite dirigente expunha suas idéias seus programas, “seus sonhos e utopias”<sup>63</sup>. A festa cívica era também um desses momentos onde a elite expressava e procurava a adesão do povo para seus projetos políticos, onde ela buscava educá-lo para as virtudes cívicas.

Mas, a festa não fazia apenas educar o povo, incitá-lo a se apaixonar e a exercitar valores e virtudes cívicas. Ela era — ou pelo idealmente deveria ser<sup>64</sup> — momento de ajuntamento, sinônimo de reunião de conagra-

mento, de comunhão. Momento de efusão e de fortes emoções, ela mesma era fator de união e integração do povo que festejava. Existia nessas celebrações festivas, além de uma vontade pedagógica, uma vontade de unificação, “de eliminação de todos os fatores individuais ou coletivos de diversidade, de não-conformidade”<sup>65</sup>. Além das lições que ministrava aos seus participantes, a festa reunia o povo num mesmo espaço, buscava concentrar e centralizar atenções e desejos, possibilitando o estreitamento de seus laços de união.

### A festa educadora

As festas cívicas que os moradores de Minas Gerais organizavam e participavam eram, em geral, momentos de “pompa e esplendor”<sup>66</sup>, como observaram alguns dos viajantes que por aqui passaram. Nelas, os repiques de sinos, os fogos de artifício, as girândolas, o concerto de hinos e músicas a correr as ruas, a iluminação das casas, os vivas e o grande número de pessoas presentes, “preparavam os ânimos” para gozar, no dia da festa, “toda a satisfação que pode inspirar nos corações sensíveis a doce recordação da liberdade, o desejo da glória, o bem da pátria, o amor do soberano”<sup>67</sup>.

Ao fazer isso, ao participar dos festejos e entrar em contato com todo aquele clima de festa e de celebração cívica, os habitantes de Minas começavam a experimentar um sentimento de comunhão e a se identificar como um mesmo povo. Mesmo que os habitantes fossem à festa movidos apenas pela possibilidade de diversão, ao se ajuntar com os outros moradores do arraial, eles entravam em contato com os valores políticos que a festa proclamava e exercitavam, de certa forma, o comunhão cívica e o espírito público.

A ação pedagógica da festa se dirigia no sentido de formar o povo. Aliás, essa vai ser uma preocupação constante do nosso século XIX, onde vai existir uma obsessão por parte da

<sup>59</sup> REZENDE, F. de P.F. de. *op.cit.*, p.135.

<sup>60</sup> IGLÉSIAS, F. Minas Gerais. In: HOLANDA, S. B. de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965. Tomo 2, v. 2, p.410.

<sup>61</sup> Festejos pela pacificação da província do Rio Grande do Sul. *O Itacolomy*, Ouro Preto, n. 35, 09 de maio de 1845, p.3.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>63</sup> MATTOS, I. R. de. *op.cit.*, p.02.

<sup>64</sup> Apesar desse ideal de unanimidade e fraternidade proclamado pela festa cívica, ela era frequentemente perpassada por tumultos, enfrentamentos e ações violentas. Ver: CHAMON, Carla S. *Festejos Imperiais*. Festas Cívicas em Minas Gerais —1815-1845. Dissertação de Mestrado. Fafich/UFMG, 1996., especialmente o capítulo 4.

<sup>65</sup> GIRARDET, R. *op.cit.*, p.149.

<sup>66</sup> SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P.von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1818*. RJ: Imprensa Nacional, p.127, vol. 2.

<sup>67</sup> São João del Rei. *O Amigo da Verdade*, São João Del Rei, n. 47, 16 de outubro de 1829, p.194.

elite dirigente em formar e instruir os cidadãos habitantes do país. Para essa elite, a instrução e educação do povo era de primordial importância, não devendo se concentrar em poucos, mas ser "derramada por todas as classes"<sup>68</sup>.

A educação da população brasileira, desconhecida, dispersa e por vezes turbulenta, eram sentidas como tarefas urgentes e necessárias, na medida em que elas possibilitariam um gerenciamento maior e mais minucioso dessa população, permitindo à elite política no exercício do governo "eliminar o imprevisível dessa massa da população"<sup>69</sup>.

Em 1838, Paulino José Soares de Souza, então Presidente da Província do Rio de Janeiro, expressou bem a questão da importância da educação do povo:

*(...) "enquanto certas idéias não penetrem a massa da população, enquanto não se tornam populares, muito difícil é que se estabeleçam e adquiram o desenvolvimento de que são suscetíveis. Quando elas se identificam, porém, com o modo geral de sentir, as coisas com facilidade se conseguem e caminham quase por si mesmas"*<sup>70</sup>.

Em Minas Gerais, a questão da instrução foi tema presente no Conselho Geral da Província, onde o progresso da instrução pública merecia grande atenção por parte dos dirigentes<sup>71</sup>. O tema também freqüentou os Relatórios dos Presidentes da Província<sup>72</sup>. Neles, além de se tratar da questão da falta de mestres, dos baixos salários, das matérias a serem ensinadas, havia também discussões acerca da importância da tarefa: educar, religiosa e moralmente, a mocidade da província.

Apesar da deficiência e da escassez das escolas públicas<sup>73</sup>, das distâncias que impediam que muitos tivessem acesso às escolas, da falta de professores e de seus exíguos ordenados, havia todo um esforço no sentido melhorar o ensino público<sup>74</sup>. A criação de um de-

legado literário em 1835, nomeado pelo governo da Província foi feita justamente para que este pudesse acompanhar de perto a aplicação dos regulamentos do governo, "esmerando-se em que seja a mocidade doutrinada nas mais puras idéias religiosas e morais e nas da importância da União e integridade do Império"<sup>75</sup>.

A instrução e a educação do povo, seriam capazes de formar cidadãos não só pela difusão de conteúdos, mas pela difusão de sentimentos religiosos e de uma moral pública. A educação seria um momento onde princípios e virtudes cívicas e morais, "fundamentais à convivência social", estariam sendo difundidos, estabelecendo os elementos através dos quais se identificariam aqueles que seriam os membros da sociedade civil.

Dessa forma, a educação do povo permitia o estabelecimento de uma sociedade civilizada, de costumes adiantados e sem desordens, ao mesmo tempo em que promoveria a difusão de uma moral cívica e o aguçamento de um espírito público.

À exceção dos escravos, todos os segmentos sociais seriam alvo dessa formação, incluindo, e talvez principalmente, a parte mais turbulenta da população. Na verdade, a grande freqüência de crimes, de desordens e a ausência de tranquilidade pública, eram tidos, muitas vezes, como resultado de uma instrução primária em atraso<sup>76</sup>.

Mas não era só a massa turbulenta o alvo da educação. A formação deveria atingir a todos: desde o homem comum, pobre e livre, passando pelos grandes proprietários, incluindo até mesmo a elite dirigente. De uma maneira geral, pode-se dizer que a instrução escolar privilegiava, então, os homens livres e brancos, sejam os pertencentes à boa sociedade, sejam aqueles que constituíam o "povo miúdo", em detrimento da massa de escravos e de negros, mesmo que livres ou libertos<sup>77</sup>.

Mas, com certeza, não foi apenas a escola a única instituição a procurar formar e instruir o povo. Os apelos

<sup>68</sup> A fala é do Vice-Presidente do Visconde da Vila Real da Praia Grande. Citado por MATTOS, I. R. de *op.cit.*, p.256.

<sup>69</sup> DUARTE, R. H. *op.cit.*, p.126.

<sup>70</sup> Citado por MATTOS, I. R. de *op.cit.*, p.251.

<sup>71</sup> DIÁRIO do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, sessão de 01.12.1831, p.11.

<sup>72</sup> Ver: DUARTE, R. H. *op.cit.*, p.126-127.

<sup>73</sup> REZENDE, F. de P.F. de. *op.cit.*, p.219, 220.

<sup>74</sup> MOACYR, P. "Província de Minas Gerais", in: *A Instrução e as Províncias*. S.P.: Cia Ed.Nacional, Coleção Brasileira, 1940, p.64-69, vol. 3.

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, p.68.

<sup>76</sup> MATTOS, I. R. de, *op.cit.*, p.263.

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, p.261.

nesse sentido viriam de várias partes. Teatros, jornais, a Guarda Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as cerimônias nacionais, e muitos outros agiam nesse sentido.

O teatro vai ser um dos alvos de formação do povo no século XIX mineiro, devendo ser veículo difusor de civilização<sup>78</sup>. Os jornais, por sua vez, vão ser utilizados principalmente para veicular uma formação política<sup>79</sup>. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cabia a tarefa de organizar os documentos históricos e geográficos que fossem interessantes e considerados relevantes para a história do Brasil, construindo através deles uma memória e uma identidade nacional.

A festa cívica era também uma das formas de se construir uma identidade nacional, buscando fazer existir um povo que ela caracterizava como livre, civilizado, ordeiro e unido pelo amor da pátria. Essas virtudes cívicas, esse ideal de um espírito e interesse pelo bem público, eram o que a festa idealizada pela elite mineira queria difundir e ver realizado.

Mas se ela pode ser percebida como um desses momentos de educação e formação, ela também tinha as suas peculiaridades e diferenças em relação aos outros canais de formação do povo. Nela, mais forte do que a afirmação de uma ordem hierárquica era o sentimento de comunhão que ela buscava criar entre os celebrantes.

A formação promovida pela escola, por exemplo, além de distinguir os cidadãos da massa escrava, tinha como um de seus principais focos a afirmação e difusão da hierarquia presente no mundo social, evidenciando "para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava"<sup>80</sup>. Também a Guarda Nacional foi, antes de tudo, agente difusor de uma sociedade ordenada, disciplinada e fortemente hierarquizada<sup>81</sup>.

Certamente que a festa cívica não suprimia as hierarquias e ordens sociais. O fato mais comum dos festejos mineiros - a iluminação das casas —

era ele mesmo um elemento de diferenciação social, na medida em que o tipo de luminária utilizada indicava a posição social do morador<sup>82</sup>. Nas festas que os mineiros celebraram de maneira tão amiúde, as diferenças hierárquicas não foram esquecidas. Entretanto, ela insistia em promover uma unidade que superasse todos os conflitos que essa ordem hierárquica gerava.

Se na instituição escolar a formação de um povo ordeiro, civilizado e patriota passava pelo acento colocado na hierarquia social, na festa cívica, por sua vez, a formação desse povo passava pela construção de uma comunhão e de uma fraternidade cívica, vividas nos momentos de efervescência da festa.

Mas, todo esse sentimento de unidade, enfatizado pelos relatos, de uma comunhão cívica que a festa pretendia provocar, era mesmo possível?

Se as fissuras que os momentos de turbulências colocavam em cena nos revelam obstáculos que a festa muitas vezes não conseguia transpor, isso, de maneira alguma, invalidava os esforços, as expectativas e os sentidos criados pela festa.

Para além de todos esses papéis que a festa cumpre - ou deveria cumprir - é necessário perceber que é impossível reduzir a festa à sua funcionalidade. Fazer isso é retirar dela o que ela tem de mais sedutor: o prazer, o regozijo que escapa a qualquer formulação e a qualquer teorização. Todo momento festivo tem seu grau — maior ou menor — de gratuidade, que escapa tanto da direção de seus organizadores quanto de qualquer enquadramento teórico. A alegria e o entusiasmo, que fazem da festa uma festa, estão fora do alcance de explicações racionais e não se explicam também, unicamente, pelo seu contexto histórico.

Por isso não se pode avaliar o sucesso da festa pela realização de seus objetivos. A festa é mais do que seus objetivos políticos. Ela é um momento em que uma coletividade investe de significados o seu mundo. E era através

<sup>78</sup> Sobre o teatro como agente de educação e civilização ver DUARTE, R. H., *op.cit.*, p.119-128.

<sup>79</sup> Segundo o viajante George Gardner, os conteúdos dos jornais na província eram predominantemente políticos. GARDNER, G. *Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.229.

<sup>80</sup> MATTOS, I. R. de *op.cit.*, p.274.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p.214.

<sup>82</sup> CHAMON, Carla S. *op.cit.*, p.55-57.

desse investimento, que a sociedade mineira das primeiras décadas do século XIX respondia a uma pergunta colocada implicitamente por toda sociedade: “quem somos nós?”, “o que somos nós?”.

Ao contrário do que se imagina, essas respostas não existem prontas e acabadas no mundo natural, bastando aos homens encontrá-las. Elas são a cada momento uma invenção e é respondendo a essas perguntas, é criando respostas a essas perguntas, que uma sociedade define a sua identidade, o seu ser assim e se faz como novidade histórica.

As duas primeiras décadas do período imperial foram ricas e efervescentes na criação de seus marcos. Mas, as festas cívicas tão abundantes nesse período de institucionalização do Império já não eram assim tão frequentes no final da década de 1840<sup>83</sup>, período em que se processou e se completou uma direção nos rumos do país, onde se deu o que José Murilo de Carvalho chamou de “processo de

enraizamento social da monarquia” e onde as incertezas da Regência deram lugar a um “esboço de sistema de dominação mais sólido”<sup>84</sup>. Essas festas deixam de ser tão frequentemente celebradas como nas duas décadas anteriores. Em suas memórias, Francisco Rezende lembra que, com o regresso, e especialmente no final da década de 40, “a grande província de Minas Gerais dos outros tempos já quase não existia, o seu papel se apagava cada vez mais” e “as grandes e tão pomposas festas que em outros tempos se faziam”, que comoviam e enchiam as ruas dos povoados mineiros, já não aconteciam mais<sup>85</sup>.

Elas foram frequentes na primeira metade do século XIX e, nesse momento, são importantes para se pensar a construção da ordem política e social, construção que passava não apenas pelos arranjos entre as elites políticas, mas também pelos agenciamentos simbólicos e ritualísticos acionados pelo poder e vividos intensamente pela sociedade mineira em seus festejos.

<sup>83</sup> Nas Leis do Império, Decreto n. 501 de 19 de agosto de 1848, apenas os dias 25 de março, 07 de setembro e 02 de dezembro eram considerados dias de festas nacionais.

<sup>84</sup> CARVALHO, J. M. de. *Teatro de Sombras*, *op.cit.*, p.11.

<sup>85</sup> REZENDE, F. de P.Ferreira de. *op.cit.*, p.241.